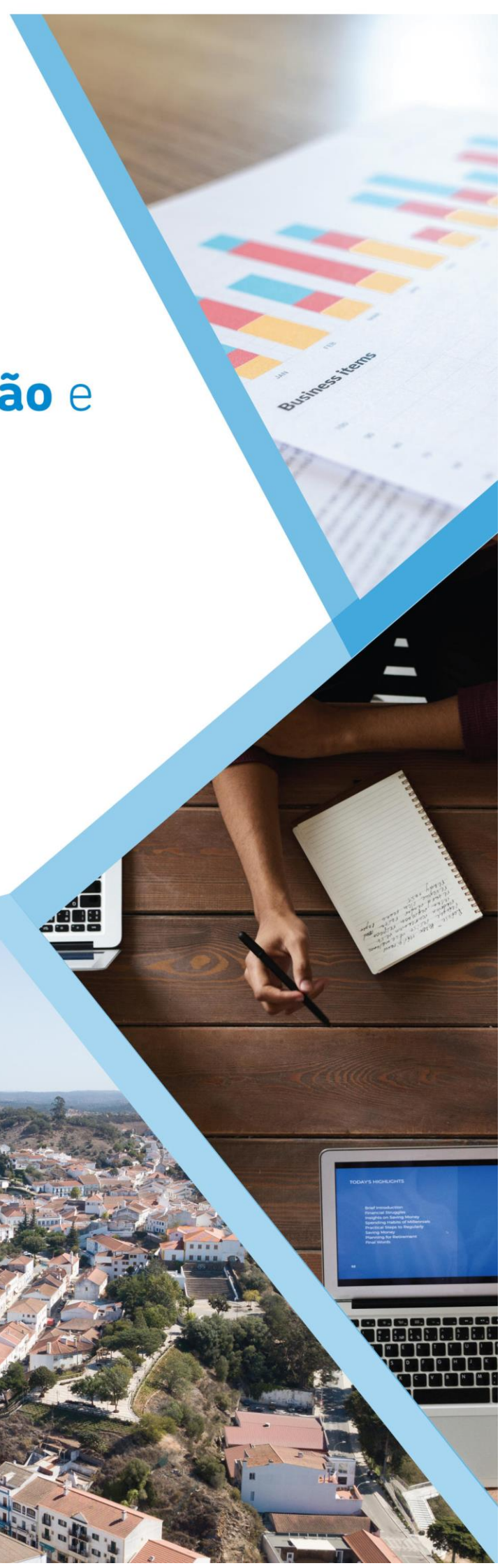


# Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Relatório de Avaliação Anual  
abril 2026



## Índice

<b>Lista de abreviaturas .....</b>	<b>2</b>
<b>1. Introdução e abordagem metodológica .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Visão global .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Visão por unidade orgânica .....</b>	<b>6</b>
<b>4. Visão por medida de prevenção .....</b>	<b>8</b>
<b>5. Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>23</b>
<b>6. Divulgação .....</b>	<b>24</b>

## Lista de abreviaturas

GAOMAJ – Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais e Acessória Jurídica

GC – Gabinete de Comunicação

GPE - Gabinete de Programação Estratégica

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

DGRH - Divisão de Gestão de Recursos Humanos

DFCP – Divisão de Financeira e Contratação Pública

DSIA – Divisão de Sistemas de Informação e Atendimento

DL - Divisão de Licenciamento

DOM - Divisão de Obras Municipais

DDE - Divisão de Desenvolvimento Económico

DP - Divisão de Planeamento

DIS - Divisão de Inovação Social

DE - Divisão de Educação

DCJ - Divisão de Cultura e Juventude

DDS – Divisão de Desporto e Saúde

DAL - Divisão de Apoio Logístico

DISu - Divisão de Infraestruturas e Sustentabilidade

RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IBAN - *International Bank Account Number* (Número Internacional de Conta Bancária)

KPI - *Key Performance Indicator* (Indicador-Chave de Desempenho)

NTE – Nota de encomenda

CCDR Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

LOE/2024 – Lei do Orçamento de Estado de 2024

AT – Assistente técnico

BD – Base de dados

CD – Chefe de divisão

TS – Técnico superior

MO – Município de Odemira

OM – Oportunidade de Melhoria

PAR – Plano Anual de Recrutamento

ReCAP – Referencial de Competências da Administração Pública

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

RH – Recursos Humanos

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

LTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

UO – Unidade(s) Orgânica(s)

## 1. Introdução e abordagem metodológica

Aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Odemira de dia 28 de setembro de 2023, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Odemira tem um horizonte temporal compreendido entre 2023 e 2026, tendo sido elaborado de acordo com o estabelecido pelo artigo 6.º do regime geral da prevenção da corrupção, anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

De acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do regime geral da prevenção da corrupção, anexo ao Decreto-Lei N.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, o presente documento incidirá sobre a avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

A estrutura do presente relatório tem por base o modelo de avaliação definido no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Odemira, fazendo uma avaliação do cumprimento das medidas estabelecidas no mesmo, tendo em conta as seguintes perspetivas:

- Visão global;
- Visão por unidade orgânica;
- Visão por medida de prevenção;
- Conclusões e recomendações.

Com vista à realização do relatório, foi solicitado aos dirigentes das diferentes unidades orgânicas do Município de Odemira que dessem o seu contributo relativamente ao grau e previsão de implementação, quando aplicável, das medidas preventivas e corretivas estabelecidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, pelo que que as informações constantes no presente relatório são da responsabilidade daquelas UO.

## 2. Visão global

### Execução temporal

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Odemira, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Odemira de dia 28 de setembro de 2023, estará em vigor nos anos de 2023-2026.

O presente relatório incide sobre a execução do plano referente ao ano de 2026.

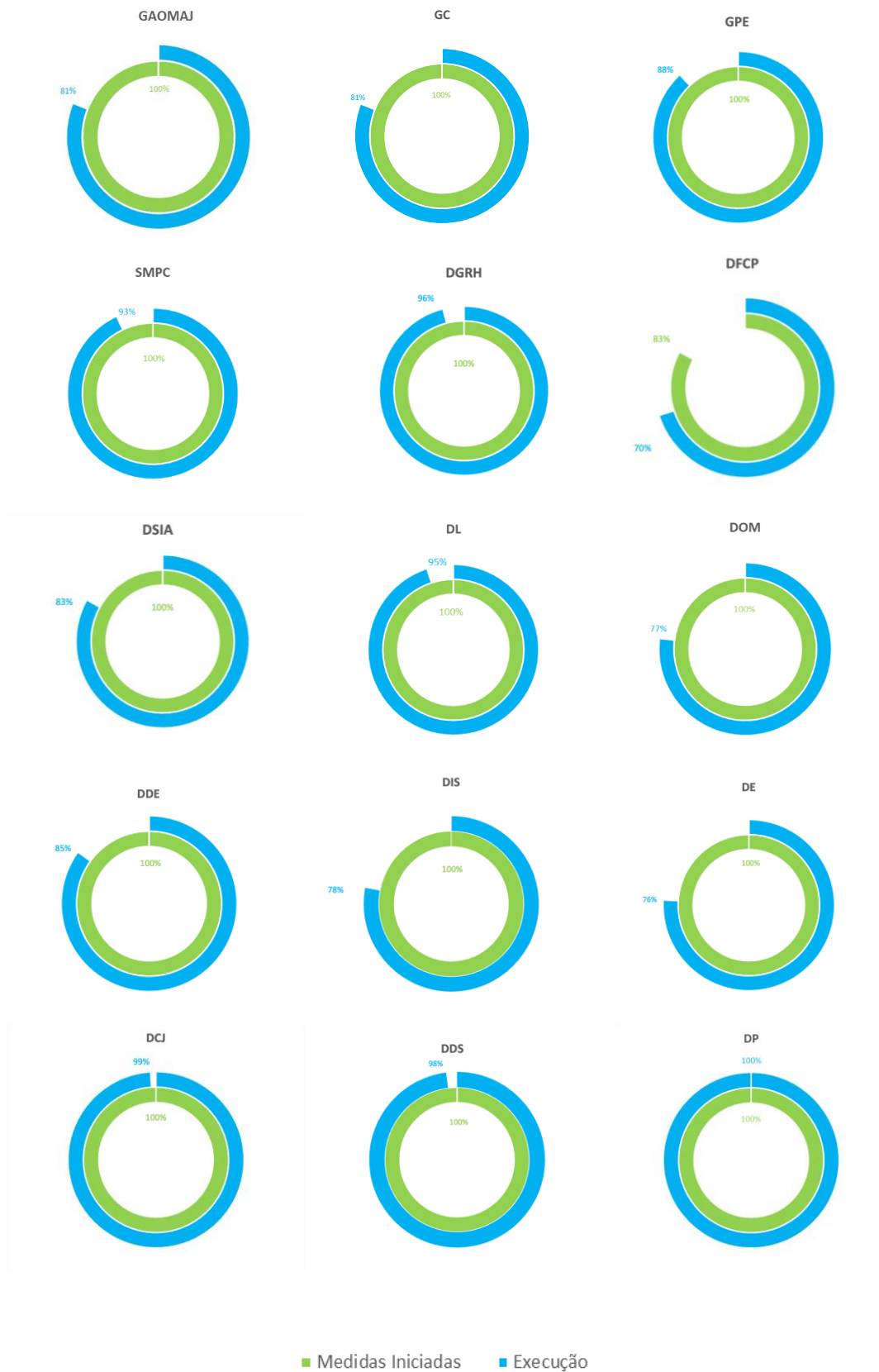
2023						2024											
jun	jul	ago	set	out	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2025												2026					
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun

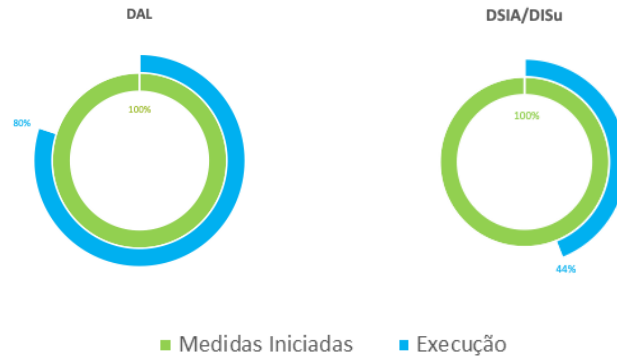
### Execução global das medidas



### 3. Visão por unidade orgânica

#### Execução das medidas





#### 4. Visão por medida de prevenção

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
	GAOMAJ	Reduzido	100%		Continua a ser feita a divulgação do Código junto dos trabalhadores, designadamente aquando do acolhimento de novas entradas de Recursos Humanos.
Divulgação do Código de Ética e da importância do cumprimento dos procedimentos instituídos. <b>(Medida Transversal)</b>	GC	Reduzido	100%		O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Ações Conexas e o Código de Conduta e Ética do MO foram divulgados através de e-mail para a equipa do GC no dia 06/04/2026, com links para consulta aos documentos; A CD, três TS e uma AT participaram na Sessão de esclarecimento interna relativa ao "Programa de Cumprimento Normativo" no dia 05/11/2025; Uma TS e um AT participaram na sessão de esclarecimento interna sobre "Código de Conduta e Ética do Município de Odemira" no dia 18/11/2025; um TS participou na Sessão de esclarecimento interna sobre o "Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas" no dia 11/11/2025.
	GPE	Reduzido	75%		6 dos 8 trabalhadores do GPE participaram em ações de formação nas temáticas: Impacto do RGPD na Administração Pública; Programa Cumprimento Normativo e Canal de Denúncias do Município.
	DAL	Elevado (Moderado)	90%	1º semestre de 2026	Foram frequentadas ações de formações no final de 2025
Criação de base de dados dinâmica de fornecedores e prestadores de serviços que inclua o seu desempenho face a anteriores fornecimentos. <b>(Medida Transversal)</b>	DFCP	Reduzido	85%	Final de 2026	Implementação em curso.
	DOM	Elevado (Moderado)	75%	2º semestre de 2026	Foi criada a BD tendo já sido utilizada em alguns procedimentos, no entanto está ainda em fase de implementação o mecanismo para monitorizar a sua utilização.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Existência de uma política de incentivos/apoios que regula a atribuição, organização e aprovação dos mesmos. <b>(Medida Transversal)</b>	DDE	Reduzido	100%		Atribuição de apoios/incentivos com base em regulamentos.
	DIS	Médio (Alto)	80%	1.º semestre de 2026	As medidas de Apoio Social estão todas regulamentadas: Apoio ao Arrendamento, Cartão Social, Cartão abem, Melhorias Habitacionais e Programa Sinergias Sociais. No entanto, ainda persiste a atribuição de apoios financeiros pontuais a entidades do terceiro setor (IPSS), sendo, nesses casos, solicitado o comprovativo da utilização do apoio/relatório.
	DCJ	Médio (Baixo)	100%	2º semestre de 2024	Medida implementada
Segregação das funções potencialmente conflitantes. <b>(Medida Transversal)</b>	DP	Médio (Baixo)	100%		Não existiu alteração em relação ao controlo anterior.
	DDS	Médio (Baixo)	100%		Neste momento não existem situações de segregação de funções
Existência de um mecanismo de controlo Interno mais eficaz. <b>(Medida Transversal)</b>	GAOMAJ	Reduzido	100%		Atendendo as várias áreas de atribuição/competência do GAOMAJ, completamente distintas, os controlos dos procedimentos têm por base diversos tipos, designadamente através de prazos já estipulados por lei (reuniões/sessões de órgãos autárquicos e processos eleitorais) ou por regulamentos municipais (execuções fiscais), bem como através de objetivos atribuídos aos trabalhadores. Para além disso está implementado o Responsável pelo Cumprimento do Normativo que assegura a conformidade legal e fortalece a integridade organizacional.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
<p>Realização de ações de formação e sensibilização, e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção.</p> <p><b>(Medida Transversal)</b></p>	GAOMAJ	Médio (Alto)	55%	1º semestre de 2026	Frequentaram as ações de formação sobre o cumprimento do normativo, em novembro de 2025, 118 trabalhadores e trabalhadoras. Estão previstas outras ações de formação a realizar em 2026.
	DGRH	Reduzido	80%	1º semestre de 2026	Doze trabalhadores da DGRH frequentaram formação relacionada com a temática
	DFCP	Médio (Baixo)	50%	1º semestre de 2026	Em implementação para abranger todos os trabalhadores da DFCP.
	DSIA	Médio (Alto)	100%		Foram realizadas ações de formação (2, com cerca de 30 pessoas) relativas a "utilização dos recursos informáticos e segurança da informação". Foi igualmente focado este tema em reuniões de equipa de Atendimento e disponibilizada a apresentação para estudo autónomo. Foram difundidas diversas mensagens pela lista de <i>e-mails</i> internos.
	DOM	Reduzido	10%	1º semestre de 2026	Realizam-se reuniões mensais na divisão com todos os trabalhadores e vamos sempre abordando assuntos relacionados com boas práticas numa perspetiva de melhoria contínua e de normalização de documentos e de procedimentos.
	DDE	Reduzido	25%	1º semestre de 2026	Previsão de organização de ações de formação no decorrer de 2026.
	DP	Médio (Baixo)	100%		Não existiu alteração em relação ao controlo anterior.
	DDS	Médio (Baixo)	90%	Maio de 2026	Será implementado um novo <i>software</i> para ajudar nas candidaturas e este novo <i>software</i> vem acompanhado de formação a todos os dirigentes.
	DIS	Médio (Baixo)	80%	1º semestre de 2026	90% dos trabalhadores da DIS têm formação em Prevenção de Risco de Corrupção e/ou em Informação

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
					Administrativa e Proteção de Dados
	DE	Médio (Baixo)	10%	1º semestre de 2026	No último trimestre de 2025, alguns trabalhadores da Divisão participaram na Sessão de Esclarecimento interna "Código de Conduta e Ética do Município de Odemira"
	DCJ	Médio (Baixo)	100%		Medida implementada. Em 2025, todos os trabalhadores da divisão frequentaram uma ação de formação sobre as temáticas. Prevê-se que em 2026 haja uma continuidade de ações de formação sobre estes temas.
	DAL	Elevado (Moderado)	55%	1º semestre de 2026	Foram frequentadas ações de formação no final de 2025
	DSIA/DISU	Médio (Alto)	100%	1º semestre de 2026	Foi reformulada a equipa (4 AT) e juntamente com a afetação de 2 AT que atuam como Gestor de procedimento e mediação com os utilizadores do serviço
	SMPC	Médio (Alto)	80%	1º semestre de 2026	Não houve possibilidade de frequência de formação dos funcionários, que ainda não têm formação na área. Dois TA, frequentaram novas ações em março e abril.
Monitorização periódica aos processos de compras, quer através de KPI específicos, quer através da realização de auditorias internas. <b>(Medida Transversal)</b>	GC	Médio (Alto)	100%		O GC efetua a monitorização periódica de todos os processos de compras no âmbito das suas ações, através do registo em <i>Excel</i> (serviço, valor, fornecedor, NTE, faturação) e produção de relatório mensal e trimestral.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Frequência de ações de formação e sensibilização em matéria de Proteção de Dados (presencial e/ou online). <b>(Medida Transversal)</b>	GC	Elevado (Moderado)	22%	1º semestre de 2026	Dois TS do GC participaram na formação interna sobre “Impacto do RGPD na Administração Pública”, no dia 25/11/2025; prevista a participação dos trabalhadores do GC em ações de formação e de sensibilização sobre Proteção de Dados a promover em 2026 pelo Município de Odemira.
	DE	Elevado (Moderado)	80%	1º semestre de 2026	No mês de maio de 2025 realizaram-se ações de formação e sensibilização em matéria de Proteção de Dados. Para o ano 2026 estão previstas sensivelmente 4 ações neste mesmo âmbito.
Melhorar o prazo de análise e resposta a reclamações e queixas. <b>(Medida Transversal)</b>	DDE	Médio (Baixo)	100%		Cumpridos os prazos de resposta
	DL	Médio (Baixo)	100%		O prazo de análise e resposta a reclamações e queixas não é um risco. A resposta é emitida num curto espaço de tempo.
	DSIA/DISU	Elevado	25%	1º semestre de 2026	Estão previstas a elaboração de Instruções de Trabalho para uniformizar procedimentos.
Implementação de medidas para tratamento de reclamações. <b>(Medida Transversal)</b>	DL	Médio (Baixo)	100%		Reúnem-se os intervenientes no processo de reclamação e é elaborada a informação de resposta em simultâneo.
Promover a adoção de um sistema de rotação de colaboradores. <b>(Medida Transversal)</b>	DOM	Médio (Baixo)	100%		Está implementado um sistema de rotação de colaboradores, que garante que quem elabora as propostas de contratação não integra o júri do procedimento. São também designadas equipas para a fiscalização de obras cujos membros são variáveis.
Instituir mecanismo interno de controlo que permita detetar situações de conluio. <b>(Medida Transversal)</b>	DL	Médio (Baixo)	100%		No âmbito do Decreto-Lei n.º 10/2024 foram criadas equipas para análise de saneamento que permite detetar mais facilmente situações de conluio.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Fiscalização mais eficiente após atribuição do benefício (verbas). <b>(Medida Transversal)</b>	DDE	Reduzido	100%		A medida encontra-se implementada pelo controle de atribuição de verbas através de relatório de atividade de monitorização de protocolos e acordos, em modelo próprio do Município, bem como a verificação das despesas efetuadas por via dos regulamentos.
	DDS	Médio (Baixo)	100%		Nos apoios no âmbito do regulamento de apoio ao movimento associativo do concelho de Odemira, a fiscalização é realizada à priori antes da entrega do subsídio, somente as atividades regulares a entrega da verba é efetuada antes mediante o envio do comprovativo de realização (à posterior é feito o controlo através do site das respetivas associações, presencialmente ou através das redes sociais). Relativamente a protocolos são acompanhados do início ao fim pelo gestor de protocolo. Acrescenta-se que o processo de pagamento passa por 2 técnicos superiores e ainda é validado pelo chefe de divisão.
	DIS	Elevado (Moderado)	100%		Todos os apoios prestados são alvo de verificação sobre a aplicação das verbas atribuídas.
	DE	Reduzido	95%	1º semestre de 2026	Fiscalização/Controlo após atribuição das verbas, através de Relatórios de execução física e financeira dos protocolos e contratos de delegação de competências com os Agrupamentos de Escolas.
	DCJ	Médio (Alto)	100%	1º semestre de 2026	Medida implementada. O controlo é efetuado pelos Gestores de Entidade (implementados em 2025) e pelos relatórios de avaliação de projetos.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Instituir mecanismo interno de controlo que permita controlar e melhorar os prazos de resposta. <b>(Medida Transversal)</b>	DL	Elevado	75%	1º semestre de 2026	Continuam a ser monitorizados e cumpridos todos os prazos previstos no RJUE, nos processos entrados após a data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2024, continuando em prejuízo a análise de processos anteriores e procedimentos de Medidas de Tutela da Legalidade que continuam a aumentar, por falta de reforço de pessoal para fazer face às alterações legislativas que atribuem efeitos aos atos silentes da administração.
	DDE	Médio (Alto)	100%		Monotorização trimestral do Plano de atividades, reuniões de equipa e monotorização semanal.
Realizar o controlo das cobranças em conformidade com o regulamento em vigor. <b>(Medida Transversal)</b>	DDS	Médio (Baixo)	100%		A medida encontra-se implementada. São efetuados controlos periódicos. No caso da piscina e instalações temos um novo sistema informático que veio trazer um maior controlo sobre a cobrança das mensalidades. Este sistema informático foi implementado em set/24 e prevemos ter o sistema 100% operacional em abril de 2025. Para além do sistema, a conferencia é feita aleatoriamente por um dos funcionários e é ainda outro que passa as guias de receita, sendo ainda outro que dá entrada do dinheiro no banco.
	DCJ	Médio (Baixo)	95%	1º semestre de 2026	Medida praticamente implementada. Em 2025 foi efetuado um controlo semestral das cobranças, no entanto e de forma a garantir uma maior transparência e rigor na gestão, em 2026, o controlo será efetuado trimestralmente.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Elaboração do Plano Anual de Recrutamento onde conste o planeamento dos postos de trabalho efetivamente necessários. <b>(Medida Transversal)</b>	DGRH	Reduzido	100%		Plano Anual de Recrutamento acompanha o Mapa de Pessoal e as alterações efetuadas. O mapa de pessoal é afixado no site e o PAR é divulgado internamente.
Implementar medidas de controlo de cumprimento dos prazos dos processos de contraordenação	GAOMAJ	Médio (Alto)	70%	1º semestre de 2026	Mantem-se o referido em outubro de 2025, no relatório intercalar, onde se referiu que os processos de contraordenação e execução fiscal ficaram dedicados a um técnico superior jurista que é responsável unicamente por esta matéria, com o apoio administrativo de duas assistentes técnicas, o que aumenta o grau de foco e controle dos processos.
Promover ações (de sensibilização) com objetivo da não obtenção de benefícios pessoais	GAOMAJ	Médio (Baixo)	80%	1º semestre de 2026	Face à alteração de mandato, promoveu-se junto dos novos eleitos locais à divulgação de um conjunto de linhas orientadoras, enviadas por <i>email</i> a todos os eleitos, que norteiam as funções do eleito local.
Controlo e monitorização dos prazos de produção	GC	Médio (Alto)	100%		O GC efetua regularmente o controlo e monitorização dos prazos de produção de materiais de comunicação e de suporte aos projetos e eventos municipais, com produção interna e externa, através de registo interno e de relatório trimestral.
Promover a monitorização das recomendações decorrentes das ações de auditoria realizadas	GPE	Médio (Alto)	100%		No que diz respeito ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), foi realizada Auditoria Interna em fevereiro de 2025, de onde decorreram 8 oportunidades de melhoria, designadamente:  1. Avaliação sobre se as alterações climáticas poderão ser consideradas uma questão externa relevante para o SGQ; 2. Interligação direta entre as questões identificadas na análise SWOT e as que são tratadas na Matriz de Riscos do Sistema; 3. Avaliação da importância para o SGQ em determinar tolerâncias

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
					<p>para as metas dos objetivos, potenciando a avaliação face a pequenos desvios que não têm impacto na prestação do serviço; 4. Formalização, por parte da DGRH, da ação de acolhimento e integração de novos trabalhadores como formação interna; 5. Revisão do requerimento de alteração de IBAN ou de solicitação de pagamento por débito direto de forma a incluir informação sobre o procedimento de cobrança; 6. Colocação de <i>link</i> nos procedimentos de compras e requisições a remeter para informação sobre a avaliação de fornecedores; 7. Determinação de indicadores de desempenho para os serviços de atendimento online; 8. Realização de adenda à Ata de Revisão pela Gestão, contemplando o resultado da Avaliação de Fornecedores de 2024.</p> <p>Não foram identificadas Não Conformidades nesta auditoria.</p> <p>Das OM identificadas, a OM1; OM2; OM4; OM6 e OM8 foram aceites e implementadas. As restantes serão objeto de avaliação em reunião de monitorização do SGQ.</p> <p>De referir que as oportunidades de melhoria não são de implementação obrigatória.</p> <p>Foi realizada Auditoria Externa de Recertificação do SGQ em março de 2025, não se tendo verificado quaisquer Oportunidades de Melhoria ou Não Conformidades.</p> <p>Considera-se que a taxa de execução nesta área é de 100%. No que diz respeito às candidaturas a Fundos Europeus, foram efetuadas as seguintes auditorias: Em 6 e 7/02, foi efetuada uma auditoria ao projeto PT/2020/FAMI/586 - Odemira INTEGRA_3G, não se tendo</p>

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
					<p>verificado qualquer recomendação.</p> <p>Em 13/05, foi efetuada uma auditoria à operação Fundo de Emergência Municipal - Contrato de Auxílio Financeiro "Incêndios Rurais de 4 e 5 agosto 2023", não se tendo verificado qualquer recomendação. Em 12/09/2025, foi efetuada uma primeira auditoria à operação PDR2020-10216-081041 - Casa do Povo de Sabóia - Casa de Memórias, onde se verificou algumas faltas, encontrando-se as mesmas regularizadas no dia 03/10/2025, quando se efetuou a segunda auditoria à operação.</p> <p>Considerando-se que a taxa de execução nesta área de 100%.</p>
Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo	DGRH	Médio (Baixo)	100%		<p>Continua a ser praticada a normalização de procedimentos de RH e a análise circunstanciada do teor dos pedidos face ao disposto na lei.</p>
Realização de ações de formações e sensibilização em matéria de Proteção de Dados	GPE	Reduzido	75%	1º semestre de 2026	<p>6 dos 8 trabalhadores participaram nas seguintes ações de formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 28/05/2025, com o tema "Impacto do RGPD na Administração Pública";</li> <li>- Em 05/11/2025, sobre "Programa de cumprimento normativo".</li> </ul>
Realização de ações de formação e sensibilização em matéria de auditorias internas e externas	GPE	Médio (Baixo)	100%	1º semestre de 2026	<p>Embora não tenham sido frequentadas ações de formação durante o ano de 2025, os conteúdos das ações frequentadas pelas trabalhadoras nos anos anteriores estão atuais.</p>
Análise das situações de socorro e assistência às populações segundo critério de necessidade e/ou emergência	SMPC	Médio (Alto)	100%		<p>Em todas as situações de emergência relevantes, são efetuados <i>debriefing's</i> ou reuniões de balanço com as entidades intervenientes.</p>

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Registo permanente das condições de funcionamento em listas de verificação (checklist)	SMPC	Reduzido	100%		<p>O Plano Operacional Municipal de 2026, à partida, vai ser aprovado a 13 de abril em sede de comissão Municipal de Gestão integrada de fogos rurais.</p> <p>Todas as listas se encontram atualizadas.</p>
Definição de princípios orientadores relativos ao trabalho extraordinário e sensibilização dos dirigentes	DGRH	Elevado (Moderado)	100%	1º semestre de 2026	<p>Toda a informação que produza efeitos sobre os vencimentos dos trabalhadores é analisada e tratada com o enquadramento legal adequado. Foram adotados os procedimentos sobre as seguintes matérias:</p> <p>1. Atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, é objeto de análise fundamentada, incluindo aditamentos, é submetido a aprovação do órgão Executivo e reportado em reunião de coordenação   2. Despacho n.º 51-A/2025 P, de 12.11- Dez primeiras medidas do Mandato 2025/29   3. Despacho n.º 59-A/2025 P, de 18.11-Normas de autorização, limitação e pagamento de trabalho suplementar   4. Os trabalhadores da DGRH frequentaram formação sobre RCPD, LTFP, Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e no âmbito do ReCAP, numa perspetiva de melhoria e boas práticas administrativas.</p>
Definição e monitorização de um plano adequado de formações para os colaboradores	DGRH	Reduzido	100%		<p>1. A 15.12.2025, foi submetido para validação o diagnóstico de formação para a DGRH (validado a 16.01.2026)   2. Preparação do diagnóstico e plano de formação 2026, desagregado por agrupamento de escolas, dentro da UO DE.</p>
Auditorias periódicas aos processos de compras	DFCP	Médio (Baixo)	0%	1º semestre de 2026	<p>Este risco deve ser revisto. Existem riscos relativos ao processo de aquisição e riscos relativos à execução do contrato. Os riscos nos processos de compras referem-se à formação do contrato,</p>

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
					nomeadamente à proposta de fornecedor/empreiteiro e/ou valores do contrato. Os riscos relativos à execução do contrato prendem-se com o acompanhamento do mesmo (pelo gestor de contrato ou similar) e validações efetuadas. Dada a forma como os processos estão estruturados no Município, a responsabilidade da DFCP no processo é idêntica às restantes UO tratando-se de um risco transversal a toda a organização. Assim sendo, talvez faça sentido que as auditorias sejam feitas por uma equipa externa uma vez que o Município não teve, até ao momento, meios para que se façam procedimentos de auditoria interna.
Reforçar medidas de controlo interno à gestão dos armazéns, nomeadamente fornecer aos chefes de divisão informação periódica dos materiais requisitados	DFCP	Médio (Baixo)	100%		Implementado em abril de 2024
Existência de uma Política de Segurança de Informação	DSIA	Médio (Alto)	100%		Foi aprovada a Política de utilização dos recursos informáticos e de segurança da informação, em 12 de outubro de 2023, estando disponível para consulta na intranet do município. Encontra-se prevista a revisão do regulamento interno.
Realização de ações de formação e sensibilização na área de informática /segurança da informação	DSIA	Elevado	75%	1º semestre de 2026	No âmbito da adoção do licenciamento <i>Microsoft</i> foram adotadas autenticações multifatores. Foi debatido o assunto em reunião de dirigentes e criadas salvaguardas na aplicação "Gestão Documental" para mitigar estes riscos. Foi realizada formação especializada em resposta de incidentes de cibersegurança a especialistas de informática. Utilização do correio eletrónico interno para a divulgação de avisos e sensibilização (10 mensagens até

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
					à presente data). Até ao final do ano estão previstas ações de sensibilização em contexto de sala. Foram, entretanto, realizadas ações de formação em Gestão Documental (2).
Realização de ações de formação e sensibilização na área da proteção de dados e direitos de autor	DSIA	Médio (Alto)	75%	1º semestre de 2026	Utilização do correio eletrónico interno para a divulgação de avisos e sensibilização (10 mensagens até à presente data). Até ao final do ano estão previstas ações de sensibilização em contexto de sala.
Promover auditorias periódicas aos acessos à informação e aos perfis de utilização das aplicações	DSIA	Médio (Alto)	50%	1º semestre de 2026	Foi estabelecido um protocolo com o CCC - Network e realizada o <i>assessment</i> de Conformidade Regulatória e a sua Conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança. Será expectável em 2026, com a entrada em vigor na Diretiva NIS2, prosseguir e promover a sistematização de processos de cibersegurança e de segurança da informação. Encontra-se em elaboração e para discussão em reunião de dirigentes as normas de ingresso e desvinculação de pessoas/postos de trabalho.
Promover medidas para melhorias da segurança informática	DSIA	Elevado	100%		Foram executadas todas as instalações de routers de operador (Altice) nos equipamentos municipais. Encontra-se prevista a alteração do <i>hardware</i> em que assentam as cópias de segurança, durante 2026.
Monitorização do cumprimento das regras formais de distribuição de processos que permitam assegurar a rotatividade e variabilidade de funções dos colaboradores intervenientes nos processos	DL	Médio (Alto)	100%		Processos atribuídos aleatoriamente aos colaboradores.
Fiscalização e acompanhamento regular desde o projeto à conclusão da obra	DOM	Elevado (Moderado)	100%		É assegurada a fiscalização e acompanhamento de obra pela equipa de fiscalização nomeada para o efeito em cada processo. É designado um técnico responsável

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
					pelo acompanhamento da elaboração dos projetos.
Reportes periódicos da evolução das obras	DOM	Elevado (Moderado)	100%		São efetuados reportes trimestrais, no âmbito dos relatórios para a assembleia, e são enviados reportes mensais para o executivo e chefes de divisão.
Formação dos trabalhadores nas regras de gestão territorial	DP	Elevado (Moderado)	100%		Sessão de sensibilização e de esclarecimento nas áreas do ordenamento do território e urbanismo
Fiscalização mais eficaz dos processos de ordenamento do território	DP	Médio (Alto)	100%		Não existiu alteração em relação ao controlo anterior.
Validação dos pedidos e documentos instrutórios	DIS	Médio (Alto)	50%	1º semestre de 2026	Não foi implementado o Gestor de Procedimento na DIS. O saneamento dos processos e validação da documentação é feita pelos TS que analisam os processos. Em caso de dúvida, solicita-se o apoio do GAOMAJ.
Monitorização e restrição do acesso de informação sensível	DE	Elevado (Moderado)	100%		Continuam a ser mapeadas as operações de tratamento de dados pessoais. Continuam a ser atribuídos acessos diferenciados na plataforma onde constam dados pessoais.
Monitorização periódica dos processos de faturação e cobranças	DE	Médio (Baixo)	95%	1º semestre de 2026	Efetuada a monitorização periódica de processos de faturação: refeições escolares; transportes escolares; Escola a Tempo Inteiro; Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família.
Justificação adequada na requisição da frota municipal e de materiais	DAL	Reduzido	100%		As requisições de materiais e frotas municipais são efetuadas com indicação do serviço a prestar. As requisições de materiais são feitas diretamente na folha de obra para a qual são requisitadas.

Principais Medidas	Principal Responsável	Grau de Risco	Taxa de execução	Data de previsão de implementação	Comentários
Reportes periódicos das obras e da gestão da frota e outras infraestruturas municipais	DAL	Reduzido	100%		São feitos reportes periódicos ao executivo. Todos os transportes efetuados fora do âmbito escolar e de funcionários é alvo de reporte mensal à vereadora do pelouro. No que diz respeito ao reporte das obras este é feito através relatório trimestral.
Rotação dos trabalhadores que registam o consumo de água	DSIA/DISU	Reduzido	25%	1º semestre de 2026	Encontra-se em elaboração de sistema de monitorização e avaliação do serviço.
Segregação das funções potencialmente conflituantes (aprovação, processamento e emissão de faturas)	DSIA/DISU	Elevado (Moderado)	25%	1º semestre de 2026	Estão previstas a elaboração de Instruções de Trabalho para uniformizar procedimentos.

## 5. Conclusões e Recomendações

O presente relatório anual da implementação das medidas de prevenção do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Odemira de 2023-2026 revela uma execução global das medidas de 83%.

O plano tem um horizonte temporal de seis semestres, terminando no segundo semestre de 2026, pode-se afirmar que a implementação das medidas está de acordo com o que seria espetável, existindo apenas uma medida que não teve início.

Podemos realçar os seguintes pontos:

- Foram iniciadas, à data, 99% das medidas;
- Em termos absolutos, dos 78 riscos identificado, foram iniciadas 77 medidas de mitigação de risco (99%), das quais 44 foram executadas na sua totalidade (56%);
- A DP é a unidade orgânica com maior taxa de execução das medidas (100%), seguindo-se a DCJ (99%), a DDS com 98% e a DGRH com 96%;
- Por sua vez, a DSIA/DISu, que resulta da transferência de competências da extinta DISu para a DSIA, através da terceira alteração à estrutura orgânica do Município de Odemira, Aviso n.º 616/2026/2, de 12 de janeiro de 2026, com 44% de taxa de execução apresenta uma menor taxa de implementação das medidas
- Com exceção da DFCP, todas as divisões iniciaram a implementação das medidas que lhes foram propostas para mitigar os riscos identificados.

Dado o panorama global apresentado, entende-se que o Município de Odemira mostra uma taxa de execução de medidas adequada, tendo em conta o período decorrido desde o início da implementação do plano. Apesar disso, considera-se que deve haver um maior esforço para que as medidas mitigadoras sejam implementadas de forma a diminuir os riscos.

O presente relatório de avaliação, tem como base um processo participativo dos dirigentes com o intuito de potenciar a consciencialização dos diferentes responsáveis para a importância da implementação das medidas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrências e o impacto dos riscos que possam expor a organização a atos de corrupção e infrações conexas.

De referir ainda que, tendo em conta o horizonte temporal de implementação do plano ser de seis semestres, terminando no segundo semestre de 2026, e ainda a terceira alteração à estrutura orgânica do Município de Odemira, Aviso n.º 616/2026/2, de 12 de janeiro de 2026, já foram iniciados os procedimentos internos para a construção do novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Odemira

## 6. Divulgação

A execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município está sujeito a controlo pela aprovação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e do qual faz parte integrante, designadamente por aplicação do artigo 6.º, n.º 4, alínea b), n.º 7 e n.º 9, através de:

- Elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de relatório de avaliação anual;
- Comunicar o relatório ao MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção, à SEALOT - Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e à IGF – Inspeção Geral de Finanças;
- Comunicação ao MENAC, através de plataforma eletrónica criada para o efeito.

Para além destes procedimentos que decorrem da aplicação da legislação em vigor sobre estas matérias, o relatório será também divulgado aos trabalhadores do Município na página da intranet e disponibilizado aos munícipes no site do Município de Odemira